

ANAMATRA
35 ANOS

JORNAL ANAMATRA

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO - ANO XVI Nº 147 - RETROSPECTIVA 2011

Impresso Especial

9912284423-DR/BSB
ASSOCIAC DOS
MAGISTRADOS DA JUSTIÇA
DO TRABALHO

///CORREIOS///





EXPEDIENTE

PRESIDENTE:

RENATO HENRY SANT'ANNA (AMATRA 15/CAMPINAS E REGIÃO)

VICE-PRESIDENTE:

PAULO LUIZ SCHMIDT (AMATRA 4/RS)

SECRETÁRIO-GERAL:

FABRÍCIO NICOLAU DOS SANTOS NOGUEIRA (AMATRA 9/PR)

DIRETOR ADMINISTRATIVO:

JOÃO BOSCO DE BARCELOS COURA (AMATRA 3/MG)

DIRETOR FINANCEIRO:

GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS (AMATRA 10/DF E TO)

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:

CLÉA MARIA CARVALHO DO COUTO (AMATRA 1/RJ)

DIRETOR DE PRERROGATIVAS E ASSUNTOS JURÍDICOS:

VITOR LEANDRO YAMADA (AMATRA 14/RO)

DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS:

GERMANO SILVEIRA DE SIQUEIRA (AMATRA 7/CE)

DIRETOR DE FORMAÇÃO E CULTURA:

NARBAL ANTÔNIO DE MENDONÇA FILETI (AMATRA 12/SC)

DIRETOR DE EVENTOS E CONVENIOS:

ANDRÉ MACHADO CALVANCANTI (AMATRA 13/PB)

DIRETOR DE INFORMÁTICA:

VALTER SOUZA PUGLIESI (AMATRA 19/AL)

DIRETORA DE APOSENTADOS:

TEREZINHA CÉLIA KINEIPP OLIVEIRA (AMATRA 10/DF E TO)

DIRETOR DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS:

SANDRA MIGUEL ABOU ASSALI BERTELLI (AMATRA 2/SP)

Carta ao associado



Caros colegas,

Desde o início da nossa administração temos envidado todos os esforços para que os nossos objetivos sejam alcançados, e posso lhes assegurar que até o último dia do nosso mandato estaremos buscando, com todas as nossas forças, os êxitos que porventura ainda não tenham sido atingidos.

É certo que na busca desses fins, almejados por toda a magistratura do Trabalho, temos

encontrado diversas dificuldades impostas por fatores externos, assim como pelo próprio Poder Judiciário. Contudo, por meio desta edição do Jornal Anamatra, relembramos que as conquistas obtidas no ano de 2011 foram relevantes para o movimento associativo e para toda a sociedade brasileira.

Cientes da responsabilidade de zelarmos pela defesa das prerrogativas da magistratura e respeito à Constituição da República, a Anamatra deu início à Campanha pela Valorização da Magistratura do Trabalho, que visa à conscientização da sociedade e dos poderes constituídos da importância da preservação de um Poder Judiciário forte, altivo, independente e autônomo para a manutenção do Estado Democrático de Direito.

Mostrando a sua força e união, no dia 21 de setembro de 2011 a magistratura do Trabalho realizou um evento histórico, o Dia Nacional de Valorização da Magistratura e do Ministério Público. O ato, realizado em Brasília, objetivou o cumprimento da Constituição da República no que tange à revisão anual dos subsídios e à irredutibilidade dos vencimentos dos magistrados, o respeito à previdência pública e à aposentadoria com proventos integrais, assim como a implementação de uma política de segurança capaz de garantir a integridade física e mental dos Juízes.

Dando continuidade ao movimento, no dia 30 de novembro de 2011, no legítimo direito de resistência contra o reiterado descumprimento da Constituição da República (arts. 37, inc. X, e 95, inc. III), 80% dos magistrados do Trabalho em todo o Brasil paralisaram as suas atividades ordinárias por um dia, consagrando, assim, o Dia Nacional de Paralisação.

No que se refere ao tema saúde e condições do exercício profissional dos magistrados trabalhistas, preocupante foram os resultados da pesquisa realizada pela Anamatra, cujos primeiros resultados nos foram apresentados em maio de 2011.

Objetivando a preservação das saúdes física e mental da magistratura, realizamos nos dias compreendidos entre 29 de outubro e 1º de novembro de 2011, em Porto de Galinhas, a 7ª edição dos Jogos Nacionais da Anamatra, que reuniu mais de 500 participantes, oportunizando, ainda, o conglamamento entre associados e familiares de todo o Brasil.

Na área legislativa, significativos foram os avanços obtidos. Dentre eles podemos destacar o sancionamento, no dia 11 de outubro de 2011, da lei

que regulamenta o aviso-prévio. Em que pese não se tenha pautado no PLC nº 112, que tramita no Senado Federal e cujo anteprojeto foi sugerido pela Anamatra, no particular cumpriu-se a Constituição da República.

Intensa e atenta tem sido a nossa participação nos debates que envolvem a terceirização. Firmando posição e demonstrando toda a nossa preocupação, participamos da audiência pública realizada pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Também participamos ativamente dos debates que envolvem a implantação do Registrador de Ponto Eletrônico (REP), por meio da Portaria nº 1.510/09 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que entra em vigor agora em 2012. Integramos o Grupo de Trabalho no Ministério para discutir a implementação do REP e participamos de audiências públicas realizadas no Congresso Nacional.

Importante ganho para os credores trabalhistas foi a instituição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), por meio da Lei nº 12.440, sancionada em julho de 2011, que entrou em vigor recentemente. Sua criação foi resultado de anteprojeto de autoria da Anamatra, apresentado ao Senado Federal em 2002.

Nas áreas cultural, internacional e de direitos humanos, dando continuidade à agenda iniciava em 2010, com a assinatura de um protocolo de intenção com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Anamatra esteve presente na 100ª Conferência Internacional da OIT, em Genebra, e realizou, em Curitiba, seminário sobre a convenção internacional que trata dos direitos e garantias do trabalhador portador de HIV/AIDS.

Publicamos uma cartilha em quadrinhos sobre Direito Internacional em português, inglês, francês e espanhol, a ser utilizada pelo Programa Trabalho Justiça e Cidadania, e traduzimos o livro "Direito Internacional do Trabalho e Direito Interno: Manual de formação para Juízes, Juristas e Docentes em Direito".

Contando com a presença de várias autoridades e homenageando fundadores, ex-presidentes, atual diretoria da associação, bem como os atuais presidentes das 24 Amatras, a Anamatra comemorou, em dezembro de 2011, em Brasília, os seus 35 anos de existência.

Para o ano de 2012, reafirmamos o compromisso assumido perante os associados no início do nosso mandato, embora não olvidemos os esforços para o desempenho da nossa missão. Esperamos obter respeito pelas prerrogativas da Magistratura, que sejam assegurados os direitos dos trabalhadores e que a Constituição da República seja cumprida na sua íntegra. Contamos, ainda, que a sociedade brasileira tome consciência da importância do Poder Judiciário na manutenção do Estado Democrático de Direito.

Desejo a todos um excelente ano de 2012.

Cléa Maria Carvalho do Couto
Diretora de Comunicação Social

EXPEDIENTE

CONSELHO FISCAL:

VIVIANE MARIA LEITE DE FARIA (AMATRA 5/BAHIA)
LUCIANA PAULA CONFORTI (AMATRA 6/PERNAMBUCO)
LEONARDO ELY (AMATRA 24/MATO GROSSO DO SUL)
SUPLENTE: ADIB PEREIRA NETTO SALIM (AMATRA 17/
ESPÍRITO SANTO)

CORRESPONDÊNCIAS:

SHS QD 06 BL E CONJ A SALAS 602/608
BRASÍLIA/DF CEP: 70316-000

NA INTERNET:

WWW.ANAMATRA.ORG.BR
CONTATO: (61) 3322.0266 / 3321.7388
IMPRESA@ANAMATRA.ORG.BR

REDAÇÃO, EDIÇÃO E JORNALISTAS

RESPONSÁVEIS:

MARIANA MONTEIRO (7859/DF)
VIVIANE DIAS (22651/RJ)

MARKETING:

ADRIANA ZETULA

DIAGRAMAÇÃO:

RENATA MELIGA
(61) 8143-4565

IMPRESSÃO:

GRÁFICA SANTA CLARA

TIRAGEM:

4.700

*AS FOTOS DESTA EDIÇÃO PERTENCEM AO ARQUIVO
ANAMATRA, AMATRAS, ENTIDADES PARCEIRAS E
TRIBUNAIS SUPERIORES

Mobilização e paralisação



O ano de 2011 ficou marcado pela atuação da Anamatra em prol da valorização da magistratura. No dia 21 de setembro, cerca de 2 mil juízes e membros do Ministério Público se reuniram em Brasília para o Dia Nacional de Valorização da Magistratura e do Ministério Público, organizado pela Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União, da qual faz parte a Anamatra. O ato teve como objetivo

mostrar à sociedade a necessidade que as duas classes têm de ter uma política remuneratória que recomponha as perdas inflacionárias e um sistema de saúde, previdência e segurança adequado. Uma das deliberações do ato aconteceu no dia 30 de novembro, quando 80% dos juízes do Trabalho em todo o Brasil paralisaram suas atividades por um dia.



Ponto eletrônico

A Anamatra participou ativamente dos debates sobre a implantação do Registrador de Ponto Eletrônico (REP), por meio da Portaria 1.510/2009 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que entra em vigor em 2012. A Associação integrou Grupo de Trabalho no Ministério para discutir a implementação do

REP e participou de audiências públicas no Congresso Nacional. Relatório de MTE aponta que a medida significará menos sonegação de horas extras e de arrecadação da Previdência e do Fundo de Garantia por Tempo e Serviço (FGTS).

Anamatra em festa



Os 35 anos de existência da Anamatra e sua atuação marcante no âmbito da Justiça do Trabalho foram comemorados em Brasília no mês de dezembro, em uma solenidade que contou com a presença de várias autoridades, entre fundadores e ex-presidentes da Entidade. O ministro Ronaldo Lopes Leal (Amatra 4/RS), primeiro presidente da Anamatra, destacou que ao longo dos anos a entidade passou a defender não só os interesses da categoria, mas também os direitos humanos e das minorias. Leal e outros fundadores da Associação receberam uma medalha em comemoração à data. Além disso, também foram homenageados os ex-presidentes da Anamatra presentes à solenidade, todas as 24 Amatras, assim como todos os membros da atual diretoria da Anamatra.

Nova lei do aviso prévio

O ano de 2011 foi marcado por uma importante conquista para os trabalhadores brasileiros. A presidenta da República, Dilma Rousseff, sancionou, no dia 11 de outubro, a lei que aumenta dos atuais 30 dias para até 90 dias o aviso prévio que o empregador deve conceder ao trabalhador no caso de demissão. Dilma não fez nenhum veto à norma, que já começou a valer no dia 13 de outubro. A Anamatra acompanhou a tramitação da matéria e saudou a aprovação da proposta. Mas, na visão de entidade, o ideal seria que a regulamentação fosse feita nos moldes do PLC 112/089, que tramita no Senado Federal e cujo anteprojeto foi sugerido pela Anamatra. A proposta da entidade, apresentada pelo senador Paulo Paim (PT-RS), estipula prazos para o aviso conforme o tempo de serviço do empregado na empresa, podendo chegar a 180 dias corridos, se o trabalhador for contratado há mais de 15 anos.

Quebra de sigilo

A Anamatra e entidades representantes da magistratura deram entrada, no dia 22 de dezembro, na Procuradoria-Geral da República (PGR), em face da quebra do sigilo de dados de 231 mil cidadãos brasileiros, sem ordem judicial, pela Corregedora Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, com um pedido para apuração de autoria e materialidade de eventual prática de crimes de quebra de sigilo de dados.

No mesmo sentido, as Associações fizeram requerimento ao presidente do Conselho Nacional de Justiça, ministro Cezar Peluso, a instauração de uma correição imediata na Corregedoria do CNJ para averiguar e apurar com rigor a quebra ilegal e inconstitucional, sem autorização judicial, do sigilo bancário e fiscal de juízes, servidores e familiares.

DESTAQUES

**Certidão
Negativa
de Débitos
Trabalhistas**

Outra vitória para os trabalhadores foi a instituição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), cuja Lei nº 12.440 foi sancionada no mês de julho. A CNDT será expedida gratuita e eletronicamente para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. O texto da lei é resultado de anteprojeto de autoria da Anamatra, apresentado ao Senado Federal ainda em 2002. A lei, que já entrou em vigor, objetiva reduzir o número de dívidas judiciais a espera de pagamento no âmbito da Justiça do Trabalho.

Ao longo de 2011 a entidade também contribuiu para os debates que envolvem a terceirização (ver mais na página 9). Uma das participações da Associação nessas discussões foi durante audiência pública realizada pelo Tribunal Superior do Trabalho. De acordo com números do Ministério do Trabalho e Emprego, o Brasil contabilizou até o mês de outubro de 2011 2,24 milhões de trabalhadores formais. O crescimento do número de vagas de ocupados, porém, reflete também uma realidade preocupante, que é o crescimento da terceirização no País. No Brasil, dos aproximados 42,6 milhões de empregos formalizados, quase 11 milhões de trabalhadores são terceirizados, número que não engloba um considerável contingente que se encontra na informalidade. Para a Anamatra, os números apontam para o fato de a terceirização, infelizmente, já ser uma realidade no Brasil.

Terceirização**Jogos Nacionais em Porto de Galinhas**

Durante quatro dias as belezas naturais de Porto de Galinhas (PE) abrigaram os Jogos Nacionais da Anamatra 2011. De 29 de outubro a 1º de novembro, 500 participantes – entre juízes e familiares –, competiram nas modalidades corrida rústica, caminhada, futebol society, tênis, vôlei de praia, natação, tênis de mesa, dominó, xadrez e tiro esportivo. A Amatra campeã da edição foi a 12 (SC), que, com uma delegação composta por diversos juízes-atletas devidamente uniformizados, conquistou muitas vitórias, entre elas as corridas de 5km e de 10 km e o xadrez. A segunda colocação ficou com a Amatra 4 (RS) com 800 pontos, seguida pela Amatra 15 (Campinas e Região), com 512,5 pontos.



Agenda internacional



A agenda internacional da Anamatra, iniciada em 2010 com a assinatura de um protocolo de intenção com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), foi intensificada durante o ano de 2011. A Anamatra esteve presente na 100ª Conferência Internacional da OIT, em Genebra, e realizou seminário sobre convenção da Organização a respeito do trabalhador com HIV/AIDS, em Curitiba. Além disso, foram lançadas duas importantes publicações: uma cartilha em quadrinhos sobre direito internacional em português, inglês, francês e espanhol, que será utilizada pelo Programa Trabalho Justiça e Cidadania, e a

tradução do livro “Direito Internacional do Trabalho e Direito Interno: Manual de formação para Juízes, Juristas e Docentes em Direito”.

Outro evento de destaque foi a realização do 6º Congresso Internacional da Anamatra dos dias 14 a 18 de março em Lisboa e Coimbra, em Portugal. Cerca de 120 magistrados do Trabalho trocaram experiência e puderam participar de conferências ministradas por autoridades judiciárias brasileiras, como o vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres Britto, e também por renomados estudiosos e operadores do Direito em Portugal, França e Espanha.



Ministra Rosa Weber no STF



Juízes do Trabalho de diversas Regiões estiveram no dia 19 de dezembro em Brasília para posse da ministra Rosa Maria Weber no Supremo Tribunal Federal (STF). O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, prestigiou a solenidade, acompanhado da diretoria da entidade e de dirigentes de Amatras, além de associados.

“É uma grande honra para a Anamatra ter uma juíza do Trabalho no STF. Trata-se de um ganho não apenas para o Direito do Trabalho, mas para a própria sociedade. A ministra desempenhará o importante papel de cooperação com o STF, no que tange à compreensão das causas sociais e à defesa consciente do Direito do Trabalho”, afirmou o presidente da Anamatra.



Saúde dos magistrados

A Anamatra realizou pesquisa sobre a situação de saúde e condições do exercício profissional dos magistrados trabalhistas do Brasil. Ao todo, 706 juízes associados à entidade responderam ao questionário, correspondendo a 20,6% da totalidade do quadro de associados. Os primeiros resultados foram

apresentados no dia 25 de maio. De acordo com os dados levantados, nos últimos 12 meses, 33% dos juízes estiveram de licença-médica e, nos últimos 30 dias, 26% deixaram de realizar tarefas habituais devido a algum problema de saúde. Ainda sobre a saúde dos participantes, 41,5% declararam ter diagnóstico

médico de depressão, 17,5% informaram usar medicamentos para depressão ou ansiedade, 54% dormem mal, 28% estão tristes atualmente e 51% disseram ser frequentemente ou muito frequentemente vítimas de insônia.

Agenda Político-Institucional

A Anamatra lançou a Agenda Político-Institucional 2011. A publicação é um instrumento de informação destinada às entidades participantes do debate político. Ela tem como objetivo tornar conhecido o pensamento da Associação a respeito dos temas do Judiciário brasileiro, com destaque para o Direito do Trabalho. Esta foi a quinta edição da Agenda, que também tem como objetivo difundir racionalidade política e justiça social, além de garantir inserção ampla e aberta da sociedade



brasileira nas discussões vinculadas ao crescimento e fortalecimento da

magistratura do Trabalho e do Judiciário brasileiro.

Terceirização



O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, participou no dia 6 de julho, na Câmara dos Deputados em Brasília, de audiência pública da Comissão Especial sobre Trabalho Terceirizado, juntamente com especialistas na área. "Eu não gostaria de falar sobre terceirização, mas sobre o Direito do Trabalho, que tem sua origem voltada para o homem", disse Sant'Anna.

Férias da Magistratura

A Anamatra divulgou nota pública no dia 27 de julho contestando as afirmações atribuídas ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, em que são defendidos 30 dias de férias para magistrados e referindo-se ao Projeto de Lei que trata da política remuneratória da magistratura (PL 7749/2010). A declaração do ministro foi divulgada pelo jornal O Globo do dia 26 de julho.

Previdência complementar

O ano de 2011 foi marcado pela atuação da Anamatra em defesa da previdência pública para os servidores públicos federais e membros de Poder. Nesse sentido, a entidade participou de diversos debates no Congresso Nacional e de seminários que discutiram o Projeto de Lei (PL) 1992/07,

que institui a previdência complementar dos servidores públicos civis e membros de Poder. Para a Anamatra, o projeto fere os princípios constitucionais da seguridade social, da gestão democrática e solidariedade.

Parlamentares

Além de manter audiências com os presidentes da Câmara e do Senado (ver editoria Associativas e De Brasília), a Anamatra reuniu-se com diversos parlamentares durante o ano de 2011. Nos encontros, a entidade discutiu diversos assuntos de interesse da magistratura, a exemplo do projeto dos subsídios, adicional por tempo de serviço e estrutura da Justiça do Trabalho.



Escolha dos membros do CNJ

O vice-presidente da Anamatra, Paulo Schmidt, e o diretor de Assuntos Legislativos, Germano Siqueira, reuniram-se no dia 4 de outubro com o senador Demóstenes Torres. Na ocasião, apresentaram ao parlamentar anteprojeto de Proposta de Emenda à Constituição (PEC) com objetivo de alterar a forma de escolha dos membros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A proposta da Anamatra tem como objetivo democratizar a forma de escolha dos membros do CNJ, que passaria a contar com a participação dos juízes de 1º e 2º grau na eleição de seus representantes. A forma de escolha dos membros do CNJ, conforme proposto pela Anamatra, espelha-se nos Conselhos da Magistratura na Europa.

Competência penal

O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, participou no dia 7 de julho de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal para debater a erradicação do trabalho escravo no Brasil. Os trabalhos foram conduzidos pelos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Ana Rita (PT-ES). A audiência também marcou a instalação da Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo e da Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

Em sua intervenção, Renato Sant'Anna chamou à reflexão a competência penal da Justiça do Trabalho para julgar a exploração do trabalho escravo no Brasil. "Não que os juízes do Trabalho sejam melhores que os federais, mas pela particularidade do tema e pela capilaridade da Justiça do Trabalho no Brasil", disse.



Projeto de Decreto Legislativo 593



O vice-presidente da Anamatra, Paulo Schmidt, esteve reunido no dia 30 de agosto com o senador Paulo Paim (PT-RS). O magistrado solicitou apoio ao parlamentar para que seja aprofundada a discussão a respeito do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 593/2010, que revoga portaria do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que estabelece parâmetros para a instalação do ponto eletrônico (mecanismo de registro de horários de entrada e saída dos empregados em empresas com mais de dez empregados).

Novo modelo de precatórios

O senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou ao Senado Federal Proposta de Emenda à Constituição (PEC) sugerida pela Anamatra. A PEC 104/2011 prevê a modificação do artigo 100 da Constituição Federal, para instituir um novo modelo de execução em face da Fazenda Pública, a fim de extinguir o vigente modelo de precatório. A PEC propõe nova redação ao artigo 100 da Constituição, estipulando o prazo de até um ano a partir do recebimento das requisições judiciais de pagamento, exceto em relação aos créditos natureza alimentar, que compreende “todo o rendimento do trabalho assalariado ou de outra fonte, que se destine a prover o sustento do trabalhador e de sua família, e que, nesse caso, deve ser liquidado em até noventa dias”.

Alternativa à PEC dos Recursos

O vice-presidente da Anamatra, Paulo Schmidt, reuniu-se no dia 6 de outubro com o senador Aloysio Nunes (PS-DB-SP). Na ocasião, o magistrado entregou ao parlamentar uma proposta alternativa à PEC dos Recursos, que está sob a relatoria do parlamentar. A proposta da Anamatra sugere o acréscimo de parágrafos ao inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal. “O objetivo é alcançar de modo mais efetivo a racionalização do sistema recursal, dando maior celeridade aos processos judiciais, inclusive os do Judiciário Trabalhista, além de eliminar as lacunas que o projeto em tramitação apresenta quanto aos efeitos patrimoniais”, explicou Schmidt.

Segurança dos magistrados

O vice-presidente da Anamatra, Paulo Schmidt, participou de audiência pública no dia 30 de agosto na Câmara dos Deputados para debater a segurança dos membros da magistratura e do Ministério Público. Organizada pelas comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e de Direitos Humanos e Minorias, a audiência reuniu representantes da magistratura - trabalhista, estadual, militar e federal -, do Ministério Público, do Ministério da Justiça, da Polícia Federal, da advocacia e da defensoria pública.





LEGISLATIVO

Emendas ao CPC

O deputado Paes Landim protocolou no dia 16 de dezembro na Comissão Especial da Reforma do Código de Processo Civil (CPC) da Câmara dos Deputados duas sugestões de emenda sugeridas pelas Anamatra ao Projeto de Lei nº 8046/2010. As emendas 603 e 604 dispõem, respectivamente, sobre as normas de conduta da magistratura nacional e o respectivo regime disciplinar, bem como as tentativas de limitar o poder decisório do juiz. A Anamatra constituiu ainda em 2010 uma comissão para estudar o tema, que elaborou, a partir de sugestões das Amatras e associados, um caderno de propostas.

Código de Processo Civil

O presidente da Amatra 15 (Campinas e Região), Guilherme Feliciano, representou a Anamatra em audiência pública realizada no dia 22 de novembro na Câmara dos Deputados para debater o Projeto de Lei 6025/05, que reformula o Código de Processo Civil (CPC). O encontro foi conduzido pelo presidente da comissão especial que analisa o PL, deputado Fábio Trad (PMDB-MS), e contou com a presença de parlamentares e representantes da advocacia, das procuradorias estaduais e municipais e do universo acadêmico.



Subsídios: Associações sugerem emenda ao Orçamento de 2012

O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, e o vice-presidente, Paulo Schmidt, reuniram-se na manhã do dia 25 de outubro com o senador Inácio Arruda (PCdoB/CE) para apresentar proposta de emenda ao Projeto de Lei de Orçamento Anual de 2012 (PLOA) que garanta o reajuste dos subsídios da magistra-

tura federal. Durante o encontro os dirigentes apresentaram minuta de emenda a ser apresentada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. O senador, que é relator setorial dos Poderes do Estado e representação do PLOA, mostrou-se disposto a estudar o tema.

Regime diferenciado de aposentadoria

O deputado João Campos (PSDB-GO) apresentou no dia 15 de dezembro o projeto de lei complementar (PLP) 122/11, que dispõe sobre a aposentadoria dos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público. Na justificativa, o deputado ressalta que a iniciativa surgiu a

partir de audiências com entidades integrantes da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público, a exemplo da Anamatra.

Pela proposta, as duas carreiras merecem regime diferenciado para concessão de aposentadoria, pois se encaixam em uma das exceções

do §4º, art. 4º, da Constituição Federal, com a redação estabelecida pela Emenda Constitucional nº 47/2005, que permite a adoção de critérios diferenciados nos casos de servidores "que exerçam atividade de risco".

TST empossa nova direção para o biênio 2011/2013



Dirigentes da Anamatra e integrantes do Conselho de Representantes compareceram, no dia 2 de março, à sessão solene de posse dos novos dirigentes do Tribunal Superior do Trabalho (TST) para o biênio 2011/2013. O ministro João Oreste Dalazen assumiu a presidência, a ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi a vice-presidência e o ministro Antônio José de Barros Levenhagen a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

Execução trabalhista

A Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho divulgou relatório final da comissão criada pelo Ato nº 006/2010, com o objetivo de aferir as melhores práticas realizadas nos processos de execução trabalhista. A comissão contou com a participação de três juízes do Trabalho indicados pela Anamatra - Marcos Fava (Amatra 2/SP), Ney Maranhão (Amatra 8/PA) e José Aparecido (Amatra 9/PR). O documento foi elaborado a partir da coleta de dados nos Tribunais Regionais do Trabalho, nas escolas judiciais, bem como em reuniões presenciais. Outra forma de aferir a questão foi a participação de um membro da Comissão na Jornada Nacional sobre Execução na Justiça do Trabalho, evento que a Anamatra promoveu no mês de novembro de 2010 em Cuiabá (MT). O relatório apresenta sugestões de medidas de aperfeiçoamento da execução, a serem adotadas pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e pelos TRTs, além de um banco de boas práticas para utilização direta pelos órgãos de primeiro grau de jurisdição.

Promoção com respeito à Constituição



O diretor de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos da Anamatra, Vitor Yamada, reuniu-se na tarde do dia 11 de outubro com o ministro Ricardo Lewandowski. O ministro é relator do Mandado de Segurança nº 30.585, impetrado pelo juiz federal Aluisio Gonçalves de Castro Mendes e entidades representativas da magistratura, contra ato da Presidência da República, que deixou de nomeá-lo ao cargo de desembargador,

mesmo após ter figurado três vezes consecutivas em listas de merecimento. Durante o encontro, Yamada entregou ao ministro ofício de apoio ao pleito do mandado de segurança. No documento, a entidade lembra que o pedido do magistrado obedece aos critérios objetivos de merecimento, aplicáveis a todo o Poder Judiciário, conforme prevê a Constituição Federal em seu art. 93, II e III.

3º Pacto Republicano



O então presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, acompanhado de dirigentes de entidades representativas da magistratura, esteve no dia 9 de fevereiro em audiência com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso. No encontro, foi discutido o 3º Pacto Republicano, que deverá ser assinado pelos Três Poderes da República com o objetivo de con-

ferir mais celeridade à prestação jurisdicional e ampliar o acesso da população à Justiça brasileira. Durante o encontro, Luciano Athayde disse que a entidade fará sugestões para o novo Pacto, entre elas a inserção do tema política remuneratória, o que inclui a proposta de reajuste de subsídio de ministro do Supremo e de restabelecimento do adicional por tempo de serviço.

Ministro Luiz Fux no STF

O plenário do Senado Federal aprovou a indicação, pela presidente da República, Dilma Rousseff, do ministro Luiz Fux, do Superior Tribunal de Justiça, para ocupar a 11ª cadeira do Supremo Tribunal Federal (STF), cuja vacância se deu pela aposentadoria do ministro Eros Grau. Para o então presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, a escolha de Fux, que está na magistratura há quase 30 anos, atendeu a pleito das associações de classe. “A Corte Suprema de nosso país precisa de um equilíbrio em seus quadros, o que pressupõe magistrados de carreira em sua composição”, afirmou.

Efetivação da CNDT



O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro João Oreste Dalazen, pediu empenho dos juízes do Trabalho na efetivação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. A lei que instituiu o documento entrará em vigor em janeiro de 2012 (leia mais em destaques). Dalazen recebeu, na noite do dia 5 de outubro, dirigentes da Anamatra e membros do Conselho de Representantes da entidade. Na ocasião o ministro falou sobre a impor-

tância do engajamento dos juízes do Trabalho de todas as Regiões para que a CNDT seja uma realidade. O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna, ressaltou ao ministro Dalazen que os magistrados são entusiastas da certidão e inclusive a entidade foi autora do anteprojeto de origem à discussão o tema no Congresso Nacional, ainda em 2002.

Metas para a Justiça do Trabalho

O documento elaborado por grupo de trabalho da Anamatra com sugestões e críticas sobre o processo de construção de metas para a Justiça do Trabalho para os anos de 2012 e 2013 foi entregue ao coordenador nacional da Subcomissão de Metas para a Justiça do Trabalho, desembargador Osmair Couto, para encaminhamento ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A entrega foi feita pelo presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, pelo vice-presidente, Paulo Schmidt e pelo coordenador do grupo e presidente da Amatra 8 (PA), Gabriel Velloso Filho. O documento consolidado pela Anamatra, que recebeu sugestões das Amatras, ressalta preocupações do movimento associativo com a fixação de metas, como o fornecimento de condições adequadas de trabalho, a saúde física e mental de magistrados e servidores, a repartição adequada das verbas orçamentárias e a efetividade da prestação jurisdicional na Justiça do Trabalho.



Remoção e permuta de magistrados

A Anamatra ingressou no Supremo Tribunal Federal (STF) com Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), com pedido de medida cautelar, contra a Resolução Administrativa nº 99/2009 do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, por afronta aos critérios de remoção por antiguidade. Na Adin, que recebeu o número 4592, a Anamatra requer que sejam ouvidos o Tribunal, a Advocacia-Geral da União e a Procuradoria-Geral da República. No pedido, a entidade

questiona, em especial, os artigos 2º e 4º da Resolução, que estabelecem, respectivamente, que o juiz do Trabalho titular deverá permanecer em efetivo exercício por pelo menos dois anos na Vara em cuja titularidade tenha sido investido por remoção ou permuta e que inexistindo juiz do Trabalho habilitado na forma dos artigos anteriores, a vaga será preenchida por promoção.

Nova ministra no TST

O plenário do Senado Federal aprovou o nome da advogada Delaíde Arantes para o Tribunal Superior do Trabalho (TST) na vaga aberta em decorrência da aposentadoria do ministro José Simpliciano Fontes de Faria. "A Anamatra saú-

da a escolha de Delaíde Arantes, certa de que a defesa dos direitos sociais do hipossuficiente e a efetivação do Direito do Trabalho serão prioridade da nova ministra", afirmou Luciano Athayde Chaves na ocasião.

Simetria entre magistratura e Ministério Público

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, por ampla maioria nos termos da minuta do relator, conselheiro Felipe Locke, na sessão do dia 21 de junho, resolução tratando da forma de implementação da simetria constitucional entre os regimes jurídicos da Magistratura Federal e do Ministério Público Federal. A sessão foi acompanhada por dirigentes da Anamatra e das Amatras. A resolução aprovada é resultado de pedidos de providência



movidos pela Anamatra e pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), cuja trami-

tação iniciou-se ainda em 2009. Segundo relato feito pelo presidente do CNJ,

ministro Cezar Peluso, a resolução contempla alguns direitos, tais como auxílio-alimentação, indenização de férias acumuladas, licenças não-remuneradas, licenças associativas e ajuda de custo. Para o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, a regulamentação feita pelo CNJ é um momento histórico e que corrige uma situação de injustiça e disparidade entre as carreiras da magistratura e Ministério Público Federal.

Padronização organizacional e de pessoal

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu na sessão do dia 1º de março, por unanimidade no termos do voto do relator ministro Ives Gandra Filho, manter a implantação da Resolução nº 63/2010, que dispõe sobre a padronização da estrutura organizacional e de pessoal nos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Em sua decisão, o conselheiro Ives Gandra lembrou que esse comando constitucional não engloba as funções comissionadas. O texto da Resolução, aprovado em maio de 2010, recebeu sugestões da Anamatra no sentido da importância do nivelamento qualitativo das condições estruturais da magistratura de primeiro e segundo graus e da preocupação com a quebra de isonomia entre os serviços realizados pelas diversas unidades judiciárias. O texto da Resolução abrange aspectos como a divisão da força de trabalho entre atividade-meio e atividade-fim, estruturação da primeira instância e previsão de o juiz do Trabalho substituto contar com um assistente, lotado na própria Vara, quando a mesma receber um quantitativo superior a mil processos por ano.

Em defesa dos aposentados

A Anamatra protocolou no Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) pedido de ingresso como assistente em processo da Amatra 5 (PET 59200-60-2009.5.05.0000) no qual a entidade defende que os magistrados do Trabalho aposentados continuem a ser beneficiados, de forma permanente, com as vantagens previstas nas Leis nº 1.711/1952 e 8.112/90.

O pleito é no sentido de que os magistrados que se aposentaram no 1º grau de jurisdição na vigência das referidas leis continuem a perceber subsídio do cargo imediatamente superior. Para magistrados que se aposentaram no 2º grau de jurisdição, na vigência do primeiro diploma normativo, o pedido é no sentido de que seja percebida a parcela congelada e autonomizada de 20% além do seu subsídio e, na vigência do segundo, percepção da parcela congelada e autonomizada relativa à diferença entre a remuneração do seu cargo à época da aposentação e do cargo imediatamente anterior, além do subsídio.

Estrutura dos tribunais

O CSJT, na sessão do dia 19 de agosto, aprovou alterações na Resolução nº 63/2010, que dispõe sobre a estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus. Entre as mudanças aprovadas está a que altera o prazo de vigência da norma para 31 de dezem-

bro de 2012. Em junho de 2010, a Anamatra encaminhou ao CSJT sugestões de alteração ao texto, que naquele ano viria a substituir a Resolução nº 53/2008, a exemplo da necessidade de nivelamento qualitativo das condições estruturais da magistratura de primeiro e segundo graus.

Conversão de férias em pecúnia

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho aprovou por unanimidade, em maio, pleito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região pela não limitação da conversão de férias em pecúnia a dois períodos. “A suspensão do gozo de férias em virtude de imperiosa necessidade de serviço sem o pagamento configuraria em injustificável enriquecimento da Administração Pública”, ressaltou o relator, ministro Dalazen. Outro assunto em pauta, cuja decisão terminou adiada por pedido de vista, foi pleito de mudança na Resolução nº 63 do CSJT, no qual o Colégio de Presidentes e Corregedores (Coleprecor) buscava torná-la apenas referencial ou a alteração do prazo para implementação das medidas para cinco anos.



Foto: Ascom TST

Saúde dos magistrados e prevenção de acidentes

O CSJT aprovou resolução que dispõe sobre as diretrizes para a realização de ações de promoção da saúde e de prevenção de riscos e doenças, bem como regulamentação dos procedimentos relacionados à ocorrência de acidentes em serviço no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus. A Resolução é resultado do trabalho de comissão criada no âmbito do CSJT para estudar o tema. A Anamatra contribuiu enviando os resultados da pesquisa que fez, por intermédio da Universidade Federal de Minas Gerais, que revelou dados preocupantes sobre a saúde dos juízes do Trabalho.

Representantes da Justiça do Trabalho no CNJ

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) elegeu no dia 4 de maio, durante sessão do Tribunal Pleno, os representantes da Justiça do Trabalho para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). São eles: o ministro Carlos Alberto Reis de Paula, o desembargador Ney José de Freitas, atual presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR), e o juiz do Trabalho José Lucio Munhoz, titular da 2ª Vara de Criciúma (SC). Os conselheiros eleitos exercerão a função no biênio de 2011 a 2013, admitida uma recondução, conforme dispõe o art. 103-B da Constituição da República. Assim como fez nos anos de 2007 e 2009, a Anamatra consultou seus associados para elaborar uma lista tríplice, entregue ao presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen, no dia 26 de abril.

Ampliação da estrutura da Justiça do Trabalho

O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, manifestou, no dia 27 de setembro, repúdio às declarações da Corregedora Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, que afirmou à imprensa haver “juízes bandidos infiltrados no Judiciário, escondidos atrás das togas”. Para Sant'Anna, as declarações são absurdamente generalizadas e representam afronta aos magistrados brasileiros. “Os milhares de magistrados associados à Anamatra, não aceitam conviver com as declarações injustas e despropositadas da ministra”, afirmou. Segundo o presidente da Anamatra, se a ministra conhece algum “bandido de toga”, deve cumprir seu papel de Corregedora e tomar as medidas cabíveis, que serão sempre e prontamente apoiadas pela esmagadora maioria de magistrados, homens e mulheres honestos, sérios e cumpridores de suas obrigações.

No mês de julho, a Anamatra lançou nota para rebater declarações da ministra Eliana Calmon em julgamento de feitos no CNJ. Na ocasião, a corregedora criticou projetos de melhoria da estrutura da Justiça do Trabalho, com a criação de novas varas e cargos de magistrados e servidores. Em nota, a Anamatra manifestou -se repelindo qualquer tentativa de imputar à Justiça do Trabalho traço de expansionismo irresponsável ou de não-observância de critérios técnicos em seu planejamento estratégico administrativo.

Auxílio-alimentação para magistrados



Renato Sant'Anna participou da sessão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) no dia 25 de fevereiro. Na ocasião, foi julgado, entre outros, processo em que a Associação dos Magistrados do Trabalho da 13ª Região (Amatra 13/ PB) pede o pagamento de auxílio-alimentação a magistrados de primeiro e segundo graus. “Chamo atenção para a importância desta matéria. Será que não é o momento deste conselho ousar na interpretação?”, indagou o vice-presidente da Anamatra, ao

defender a legalidade do pedido, deixando de lado a interpretação restritiva da Lei Orgânica da Magistratura (Loman). “O Conselho Nacional de Justiça está avançando neste assunto e acho que está na hora do CSJT avançar também”, completou. No entanto, a relatora da ação, ministra Maria Cristina Peduzzi, votou pela ilegalidade da proposta, alegando falta de fundamento legal. O voto foi aprovado pelos demais conselheiros. A Anamatra estuda levar a matéria para apreciação do CNJ.

Afastamento de dirigente associativo para participar de reuniões

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu por unanimidade, na sessão do dia 25 de outubro, julgar procedente Procedimento de Controle Administrativo (PCA n.º 4081-36.2011.2.00.0000) para autorizar a participação de juízes, que ocupam cargos de direção em associações de classe, em reuniões e demais atividades associativas. A sessão foi acompanhada pelo diretor de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos da Anamatra, Vitor Yamada. A decisão do CNJ deu-se nos termos do voto do relator, conselheiro Wellington Saraiva. Segundo ele, a decisão da Corregedoria Regional da Justiça do Trabalho da 1ª Região (RJ) de indeferir o comparecimento de uma juíza em reunião associativa, sob o fundamento de ausência de previsão legal e regimental, é “contrária ao sistema legal aplicável aos magistrados judiciais e merece ser desconstituída”. Em seu voto, o conselheiro lembrou que a Constituição Federal assegura o direito de associação (art. 5º, incisos XVII e XVIII) e veda a interferência estatal em seu funcionamento.



Foto: Ascom STJ

Prevenção de acidentes

A Anamatra assinou no dia 8 de setembro protocolo de cooperação técnica com o Tribunal Superior do Trabalho (TST) com o objetivo de implementar programas e ações nacionais voltadas à prevenção de acidentes de trabalho. A ação integra a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, lançada em maio pelo TST, que conta com o apoio de diversas instituições. A solenidade de assinatura ocorreu na abertura do 1º Encontro dos Gestores do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho.



Secretário-geral do CNJ



A reunião do Conselho de Representantes da Anamatra do dia 30 de março contou com a presença do secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Fernando Marcondes. Durante o encontro, o juiz, que também é auxiliar da presidência do Supremo Tribunal

Federal, tratou de assuntos de interesse da magistratura com presidentes e diretores de Amatras. Na ocasião, o secretário-geral do CNJ aproveitou para enaltecer a atuação da Anamatra na defesa das prerrogativas da magistratura.

Convênios

Além dos já conhecidos convênios que a Anamatra disponibiliza para seus associados, a exemplo das montadoras Chevrolet, Honda e Subaru, a entidade conseguiu novas facilidades para os associados no ano de 2011. Entre elas destacam-se a empresa Steel Blindagens e o Walmart. O convênio de saúde com a Qualicorp também foi ampliado, proporcionando cobertura da Unimed no Norte e Nordeste.

Já na área de formação, destaca-se o convênio com o Instituto de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito de Lisboa para cursos de especialização para magistrados do Trabalho.

Preparativos Conamat



O ano de 2011 foi de muita preparação para a 16ª edição do Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, o Conamat. O evento acontecerá em João Pessoa (PB) de 1º a 4 de maio e contará com a participação de diversos juristas como palestrantes, entre eles Dalmo de Abreu Dallari, Rodolfo Mancuso, Luiz Roberto Barroso e os ministros Carlos Ayres Britto, Maurício Godinho e Guilherme Caputo Bastos. Durante o ano, as Comissões Organizadora e Científica reuniram-se com apoiadores e patrocinadores em potencial, além de definirem a programação do evento que terá como tema central “Uma nova sociedade. Um novo juiz do Trabalho”.



“Carne Osso”

Trabalhadores de frigoríficos se deparam diariamente com uma série de riscos que a maior parte das pessoas sequer imagina. Exposição constante a facas, serras e outros instrumentos cortantes; realização de movimentos repetitivos que podem gerar graves lesões e doenças; pressão psicológica para dar conta do alucinado ritmo de produção; jornadas exaustivas até mesmo aos sábados; ambiente asfíxiante e, obviamente, frio - muito frio. Esse é o duro cotidiano de trabalho nos frigoríficos brasileiros de abate de aves, bovinos e suínos que o documentário “Carne Osso” traz à tona. A filmagem, que foi produzida ao longo de dois anos pela equipe da ONG Repórter Brasil, foi selecionado para o Festival “É Tudo Verdade”. O filme concorreu na competição brasileira de longas e médias metragens. A Anamatra foi uma das entidades apoiadoras do documentário.

Assento e voz

A Amatra 18 (GO) conquistou uma histórica vitória para o movimento associativo. O Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, na do dia 7, deferiu requerimentos da entidade para ter assento e voz nas sessões administrativas que envolvam interesses da magistratura, bem como de receber a pauta com antecedência. Com a decisão, a Amatra de Goiás passou a ter direito a assento na bancada, podendo se manifestar sobre as questões que digam respeito aos interesses da magistratura, além de ter assegurado o direito de ser cientificada da pauta administrativa, o que garante maior condição de defesa dos direitos da categoria. O presidente da Amatra 18, Platon Neto, e o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna, enaltecem a conquista e falaram da expectativa de que seja seguida pelos demais tribunais.

Revista Trabalhista

A Anamatra publicou no ano de 2011 três edições da Revista Trabalhista Direito e Processo. A Comissão Editorial da Revista é coordenada pelo diretor de Formação e Cultura da Anamatra, Narbal Fileti. A publicação é um importante veículo crítico de divulgação de ideias na área do Direito do Trabalho e Processual do Trabalho, com ên-



fase em matérias atinentes à nova competência da Justiça do Trabalho pela Emenda Constitucional nº 45 e aos impactos do Processo Civil no Processo do Trabalho. Também aborda outros ramos do Direito e do conhecimento, desde que guardem relação com o mundo do trabalho e com a atuação da Justiça.

Anamatra de luto



A ex-dirigente da Anamatra, Fátima Stern, faleceu no dia 18 de novembro. Na data, a Anamatra divulgou nota de pesar e um texto do ex-presidente Cláudio Montesso. A magistrada também foi homenageada na festa dos 35 anos da entidade. Fátima Stern esteve à frente das diretorias de Comunicação (2005-2007) e Formação e Cultura (2007-2009), além da secretaria-geral (2009-2011).

Doação



O diretor de Informática da Anamatra, Valter Pugliesi, visitou no dia 17 de novembro a Associação Vida Inteira. Fundada em 2005, a entidade tem como objetivo de realizar serviços de assistência social e desenvolver projetos educacionais, culturais e sociais na região de Águas Lindas de Goiás, localizada no entorno de Brasília. A Associação atende diariamente cerca de 30 crianças carentes.

Universitá La Sapienza

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Aloysio Veiga, diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat), visitou no dia 13 de setembro a Universidad Castilla-La Mancha, em Ciudad Real, na Espanha. A visita ocorreu durante o 2º seminário anual da 4ª turma de doutorado em “Estudos em Direitos Sociais para os Magistrados do Trabalho Brasileiros”. Durante a visita, o ministro destacou a importância do convênio da Anamatra com a Universidade para a formação do magistrado do Trabalho, bem como a importância da posição da instituição no contexto acadêmico europeu e sua influência doutrinária no Brasil.

Castilla - La Mancha

O então diretor de Formação e Cultura da Anamatra, Fabrício Nogueira, esteve, no dia 21 de março, em visita aos magistrados do Trabalho que estão em Roma, na Universitá La Sapienza, para o curso de especialização “Trabalho, previdência social, relações industriais e processo do trabalho”. O curso, promovido por intermédio de convênio da Anamatra com a instituição de ensino, tem a finalidade de fornecer formação de especialização sobre Direito do Trabalho italiano e, sobretudo, europeu, com específico destaque para os perfis relativos às controvérsias de trabalho quer seja sobre o aspecto judicial ou extrajudicial, bem como à autonomia coletiva.

70 anos da Justiça do Trabalho



A Anamatra participou no dia 3 de maio de solenidade comemorativa dos 70 anos de implantação da Justiça do Trabalho no Brasil. Diversas ações foram lançadas durante o evento, entre elas um convênio do Tribunal com o Instituto Innovare para disseminação de práticas inovadoras de modernização da Justiça Brasileira nos últimos oito anos e o lançamento de um selo comemorativo à data. A celebração dos 70 anos da Justiça do Trabalho foi lembrada pelo

presidente da Anamatra em artigo, publicado na revista eletrônica Consultor Jurídico. No texto, o magistrado faz um apanhado histórico da Justiça do Trabalho e fala dos desafios e bloqueios que precisam ser superados para o aprimoramento da prestação jurisdicional.

As comemorações se estenderam ao Senado Federal, onde foi realizada uma sessão especial, que também contou com a presença da Anamatra.

Nova diretoria



A nova diretoria da Anamatra para o biênio 2011/2013 tomou posse na noite do dia 25 de maio, em Brasília (DF). Renato Sant'Anna ingressou na magistratura do Trabalho em 1994 e atualmente é juiz titular da 1ª Vara de Ribeirão Preto

(SP). Na Anamatra já ocupou os cargos de vice-presidente (2009-2011), diretor de Assuntos Legislativos (2007- 2009) e secretário-geral (2005-2007). Também foi presidente da Amatra 15 (Campinas e Região) no biênio 2003-2005.

Jurisprudência e terceirização



A Amatra 10 (DF e TO) promoveu no dia 27 de setembro no Foro Trabalhista de Brasília o lançamento do livro “O que estão fazendo da Competência da Justiça do Trabalho”. A obra, que reúne artigos de diversos estudiosos do Direito do Trabalho, foi organizada pelo ex-presidente da Anamatra Grijalbo Coutinho e pelo juiz do Trabalho da 2ª Região Marcos Fava. O livro faz uma análise crítica da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal Superior do Trabalho e do Superior Tribunal de Justiça quase sete anos após a promulgação da Emenda Constitucional nº 45/2004, que ampliou a competência da Justiça do Trabalho. Coutinho também lançou no mês de abril o livro “Terceirização Bancária no Brasil”.

Marcos Fava no TST

O juiz do Trabalho Marcos Fava deixou a diretoria de Cidadania e Direitos Humanos da Anamatra. O magistrado optou pelo afastamento da pasta após receber convite do presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen, para assumir a vaga de juiz auxiliar da Presidência. Atuante no movimento associativo, Marcos Fava já ocupou na Anamatra os cargos de diretor de ensino e cultura da Anamatra (2003/2005) e de Prerrogativas (2005/2007). Na Amatra 2 (SP) também exerceu cargos de direção.

Segurança institucional

O presidente da Anamatra, Renato Sant’Anna, participou do Seminário Nacional Poder Judiciário e Segurança Nacional, realizado no dia 25 de julho em Maceió (AL). O evento foi promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com o Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ-AL). Renato Sant’Anna participou de painel que abordou a segurança institucional dos magistrados. Sobre o tema, o presidente da Anamatra falou dos detalhes do processo trabalhista e em que esses pormenores podem afetar na segurança institucional.

Frente em defesa da magistratura e do MP



A Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público, da qual a Anamatra é integrante atuou durante todo o ano de 2011 em defesa da pauta conjunta das duas carreiras. Entre as ações destaca-se a realização da mobilização no dia 30 de novembro (leia mais em destaques).

As associações também impetraram, no dia 30 de junho, mandado de injunção perante o Supremo Tribunal Federal (STF) em que requerem que seja reconhecida a omissão inconstitucional do Congresso Nacional por não votar os Projetos de Lei (PLs) 7749/2010 e 7753/2010, em tramitação desde agosto de 2010, e seja determinada a reposição aos seus subsídios das perdas inflacionárias dos últimos cinco anos, no percentual de 14,79% retroativo a janeiro de 2011.

Audiências



O ano de 2011 foi marcado pela realização de diversas audiências com autoridades, nas quais foram abordados assuntos de interesse da magistratura, a exemplo da ausência de uma política remuneratória consistente. Estiveram entre as autoridades que receberam a Anamatra o vice-presidente da República, Michel Temer, os presidentes do Senado e da Câmara, José Sarney

e Marco Maia, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, o Advogado-Geral da União, Luíz Inácio Adams, o presidente do STF, ministro Cezar Peluso, e o vice-presidente, ministro Carlos Ayres Britto, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Ricardo Lewandowski, e o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro João Oreste Dalazen.



Homenagem



O ex-presidente da Anamatra Luciano Athayde Chaves foi agraciado no dia 31 de agosto em Brasília com a medalha, no grau de comendador, Ordem do Mérito de Dom Bosco. A insígnia, concedida pelo Tribunal Regional da 10ª Região, homenageia pessoas e instituições que prestaram relevantes serviços à Justiça do Trabalho e, de modo, especial, à 10ª Região (DF e TO).

Enamat

O então presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, participou, no dia 4 de abril, como painalista, do 10º Curso de Formação Inicial da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat). “A relação entre os profissionais na Justiça do Trabalho” foi o tema abordado pelo magistrado em conjunto com o subprocurador-geral do Trabalho, Ronaldo Curado Fleury, e o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcanti Júnior. O painel, que fez parte do módulo “Deontologia Profissional”, foi coordenado pelo ministro Waldir Oliveira da Costa.



Terceirizados



O diretor de Informática da Anamatra, Valter Pugliesi, representou a entidade no lançamento do Fórum em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores ameaçados pela Terceirização, realizada no dia 17 de novembro em um auditório da

Câmara dos Deputados. O ex-presidente da Anamatra Grijalbo Coutinho também participou do encontro, representando a Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho (ALJT).

Seguridade Social

A Anamatra apresentou, no início de fevereiro, ofício dirigido ao presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Mauro Luciano Hauschild. No documento, a Associação sugere a criação de um grupo de trabalho para tratar do

aperfeiçoamento do sistema de seguridade social do país, mais especificamente no que se refere à atuação dos magistrados trabalhistas nesse campo.

Diretoria de Aposentados visita associados nos estados

O trabalho da diretoria de Aposentados foi intenso em 2011. Terezinha Kineipp visitou os associados à Anamatra em vários estados, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Distrito Federal, Tocantins, Goiás, além dos juízes de Campinas e Região. Além disso, a diretora também se reuniu com várias autoridades para pleitear assuntos de interesse dos magistrados do Trabalho aposentados. Um desses encontros foi com o vice-Advogado-Geral da União, Fernando Albuquerque.



2º Encontro Nacional de Magistrados do Trabalho Aposentados é realizado em Vitória

O 2º Encontro Nacional de Magistrados do Trabalho Aposentados foi realizado em Vitória (ES) de 28 de abril a 1º de maio. Aposentados e pensionistas da Justiça Trabalhista de todo o País se reuniram para discutir e debater temas de interesse, além de conhecer as belezas do estado. O ministro aposentado do TST José Simpliciano e o desembargador aposentado Roberto Pessoa falaram aos participantes sobre “A Valorização do Magistrado Aposentado – Resolução 125 do CNJ e o Aproveitamento da Experiência do Magistrado Aposentado pelo Poder Judiciário”. Já o médico Ismael do Lago foi o responsável por ensinar aos magistrados as fórmulas que ele acredita - e prova com teorias, História e estatísticas - que levam à felicidade e à longevidade. Na hora do lazer, os participantes puderam conhecer a fábrica de chocolates Garoto, fazer um passeio de escuna, se deliciar com a tradicional mo-



queca capixaba e se divertiu durante um sarau, onde eles mesmos demonstraram suas aptidões culturais,

como canto, declamação, pintura e literatura.

Anamatra realiza 2º Encontro de Diretores de Aposentados



A Anamatra realizou no dia 6 de julho o 2º Encontro de Diretores de Aposentados. Representantes de diversas Amatras reuniram-se com a diretoria da entidade nacional para tratar de assuntos de interesse dos magistrados aposentados. A diretora de Aposentados da Anamatra, Terezinha Kineipp, conduziu a reunião “A valorização dos aposentados é a garantia do respeito aos direitos e prerrogativas da magistratura e a certeza de um futuro seguro e tranquilo”, ressaltou.

Após o encontro, os magistrados aposentados e integrantes da diretoria da Anamatra foram recebidos pela ministra Maria Cristina Peduzzi, presidente em exercício do Tribunal Superior do Trabalho (TST). O encontro contou com a participação do ministro do TST aposentado Luciano de Castilho. Na ocasião, a ministra recebeu as propostas da diretoria de Aposentados, que pediu o empenho do TST para manter e garantir prerrogativas e isonomia.

Trabalho precoce e Direitos Humanos



Cerca de 300 pessoas prestigiaram o “Seminário Trabalho Precoce e Direitos Humanos - A exploração sexual de crianças e adolescentes e o trabalho artístico como obstáculos ao desenvolvimento saudável e à cidadania” realizado no mês de maio no Rio de Janeiro. O evento foi realizado pela Anamatra e pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e aconteceu no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ), que foi um dos apoiadores do evento, juntamente com a Amatra 1 (RJ). O seminário discutiu temas como a exploração sexual e o trabalho artístico.

Nova diretora

A juíza Sandra Bertelli (Amatra 2/SP) assumiu oficialmente no dia 28 de outubro o cargo de diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Anamatra. A posse ocorreu durante reunião do Conselho de Representantes em Porto de Galinhas (PE), local de realização dos Jogos Nacionais da Anamatra 2011. A magistrada assumiu a pasta por eleição do Conselho de Representantes, após o afastamento do juiz Marcos Fava, que passou a atuar como auxiliar da presidência do Tribunal Superior do Trabalho (TST).



Denúncia

A Anamatra recebeu do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) documento que solicita providências da Associação em relação a menores encontrados trabalhando em situação de risco em empresas de cerâmica no estado de Minas Gerais. De acordo com o ofício, a modalidade de trabalho exercida pelos jovens fere o Decreto 6481/08 que regulamenta a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que versa sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil. O ofício do MTE também foi encaminhado para o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Estadual de Minas Gerais, para conhecimento e providências.



Justiça e Cidadania para milhares de jovens

O Programa Trabalho, Justiça e Cidadania da Anamatra continuou expandindo suas atividades em todo o Brasil durante o ano de 2011 por meio do trabalho das Amatras e parceiros. Entre seminários de capacitação para professores, convênios, parcerias e culminâncias, o Programa atingiu milhares de professores e jovens em diversos estados e no Distrito Federal.

Entre os destaques do ano (ver editoria destaques) está

o lançamento da Cartilha do Direito Internacional do Trabalho, publicada em português, espanhol, inglês e francês em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A Cartilha do Trabalhador em Quadrinhos, principal instrumento de trabalho do TJC, também foi atualizada de acordo com mudanças na legislação trabalhista e na composição da Diretoria da Anamatra e da Comissão Nacional do Programa.

Confira algumas iniciativas do TJC em 2011

Alagoas



O TJC em Alagoas ganhou grande fôlego no ano de 2011 com a parceria da Amatra 19 com a da Secretaria de Educação dos municípios de Arapiraca e Palmeira dos Índios. Ao todo, 163 professores foram capacitados para o Programa, que atingiu cerca de 120 alunos do Ensino de Jovens e Adultos (EJA) e de escolas públicas dos dois municípios alagoanos.

Maranhão



A Amatra 19 e o Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região deram o primeiro passo para a aplicação do TJC em municípios maranhenses com a assinatura de um convênio. A solenidade de assinatura ocorreu no mês de julho durante as atividades comemorativas dos 70 anos da Justiça do Trabalho.

Ceará



O TJC iniciou as atividades na 7ª Região no mês de março. Os bons resultados, contabilizados ao final do ano, somaram cerca de 3.000 alunos e 150 professores de seis escolas públicas de ensino médio profissionalizante beneficiadas pelo Programa no Ceará. Além disso, a Amatra 7 firmou parceria com a Faculdade de Direito Christus, o que viabilizou a participação de universitários em oficinas temáticas junto às escolas. Outro convênio firmado pela entidade foi com o TRT da 7ª Região.

Goiás



A Amatra 18 firmou convênios com o TRT da 18ª Região e com as Secretarias Estadual e Municipal de Educação. Tal parceria rendeu bons frutos. Na Região, o TJC beneficiou cerca de 3.000 alunos, 50 professores em dez escolas estaduais e 20 municipais.

Bahia



O TJC expandiu ainda mais as suas atividades no estado da Bahia em 2011. Em Itapetinga, 300 educadores e 6.000 alunos foram beneficiados com a iniciativa. Porto Seguro também deu os primeiros passos para a implantação do Programa em 2012, com a distribuição de Cartilhas do Trabalhador em três eventos públicos. Além disso, O TJC esteve presente em outras iniciativas como em eventos ligados a entidades sindicais do município de Cipó, nas Conferências Municipais de Emprego e Trabalho Decente em Irecê, Salvador, Itapetinga e Itororó, na 3ª Conferência Estadual de Emprego e Trabalho Decente em Salvador, nas Jornadas Regionais da Amatra 5 em Ilhéus, Itabuna e Porto Seguro, na 3ª Caravana de Erradicação do Trabalho Infantil no Território de Identidade do Paramirim, que abrange nove municípios baianos, e na Semana de Valorização do Trabalhador Doméstico.

Distrito Federal



O TJC no Distrito Federal trabalhou com dois tipos de abordagens: uma voltada aos alunos de escolas profissionalizantes do Senac, onde 2.500 alunos e cerca de 250 professores foram envolvidos, e outra frente da rede pública de ensino, com o treinamento de 66 professores que trabalharam o conteúdo da Cartilha do Trabalhador em diversas regiões do entorno da capital federal, com um total de 3.000 alunos beneficiados. Outra novidade foi o início da aplicação do Programa em um presídio feminino, por meio de convênio com a Secretaria de Educação.

Campinas e Região



A Amatra 15 desenvolveu o TJC em escolas públicas da região de Campinas e Piracicaba, beneficiando 2.100 alunos e 225 professores em 17 escolas. Em Ribeirão Preto, foi firmado acordo de cooperação com o Município para a aplicação do Programa em 2012. A expectativa é que 5.000 alunos sejam beneficiados em 28 escolas municipais. Na 15ª Região, o TJC conta com o apoio do TRT 15, da Escola Judicial, entre outras entidades

Rio Grande do Sul



O TJC iniciou as atividades em Porto Alegre com um programa-piloto na Escola Estadual de Ensino Fundamental Toyama. 150 alunos e 31 professores foram beneficiados com o Programa, que contou com o apoio do TRT da 4ª Região e da Escola Judicial. Os juizes do Trabalho que atuam com o TJC em Santa Maria, um dos locais pioneiros na aplicação do TJC, auxiliaram a implantação do Programa em Porto Alegre, com o encaminhamento do convênio da Amatra 4 com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. Além disso, encaminharam a implantação do TJC para alunos de cursos profissionalizantes do SENAC de Santa Maria em 2012.

Mato Grosso



A Amatra 23 (MT) e o Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT) assinaram convênio para a execução do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC). De acordo com o documento, o convênio vale por cinco anos. A assinatura foi feita entre o presidente da Amatra 23, Ivan José Tessaro, e pelo vice-presidente do TRT-23, desembargador Tarcísio Régis Valente, que representou o presidente da corte, desembargador Osmair Couto.

Rio de Janeiro



Em 2011, as atividades do TJC no Rio de Janeiro abrangeram não só alunos dos ensinos fundamental e médio, mas também comunidades, onde o trabalho informal costuma ser a forma de acesso da população à uma renda mensal. Nesse sentido, o Programa chegou à comunidade da Zona Oeste do Rio e Cidade de Deus; No âmbito acadêmico, dez escolas foram contempladas com o Programa, na Capital e nos municípios de São Gonçalo, Itaperuna e Campos. Ao todo, cerca de 400 pessoas, entre estudantes, professores e pais, participaram de atividades envolvendo a Cartilha do Trabalhador.

Paraná



No Paraná, o TJC foi aplicado em escolas de Londrina, Ponta Grossa, Pinhas e Araucária. No total, cerca de 50 professores, incluindo os diretores das escolas, foram envolvidos no Programa que beneficiou, ao todo, 1.500 alunos em dez escolas, entre elas do Ensino de Jovens e Adultos (EJA). A Amatra 9 também promoveu um concurso de redação entre as escolas, com a premiação dos melhores autores.

Pernambuco



O ano de 2011 foi de ótimos resultados para o TJC em Pernambuco. Mais de 6 mil alunos de seis escolas públicas da Região Metropolitana do Recife (RMR) foram beneficiados com o Programa por intermédio da capacitação de 30 educadores e gestores das escolas. Desde que foi implantado na 6ª Região em 2005, o TJC atingiu mais de 40 instituições de ensino e mais de 20 mil estudantes.

Sergipe



O TJC deu seus primeiros passos no início do ano com a assinatura de um termo de cooperação técnica entre a Amatra 20 e o TRT da 20ª Região. A Amatra promoveu dois seminários de capacitação durante o ano de 2011. Cerca de 200 professores e 4.000 jovens foram envolvidos no Programa em 9 escolas de ensino fundamental e médio.

Rio Grande do Norte



No Rio Grande do Norte, o TJC beneficiou mais de 400 alunos e 11 professores de quatro escolas estaduais. Desde que foi implantado na Região, 18 escolas já foram atingidas pelo Programa que conta com a parceria do TRT da 21ª Região, do Ministério Público do Trabalho da 21ª Região e da Secretaria de Educação do Estado, que tiveram parceria com a Amatra 21 intensificada durante o ano.

Mato Grosso do Sul



O TJC prosseguiu com sucesso na Amatra 24 em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. O Programa foi aplicado na cidade de Campo Grande, no Instituto Mirim e Seleta Sociedade Caritativa e Humanitária - Cidem, e na cidade de Dourados, no Centro de Integração do Adolescente "Dom Alberto", abrangendo aproximadamente 1.500 alunos dos ensinos fundamental e médio de escolas públicas.

Espírito Santo



O TJC esteve presente no Espírito Santo entre os meses de julho e novembro. Durante esse período, atingiu 295 alunos de 7ª e 8ª séries e 29 educadores. Na Região, o Programa conta com a parceria do TRT da 17ª Região, do Município de Vitória e da empresa Arcelor Mittal, que oferece apoio institucional à iniciativa. Entre as novidades do ano de 2011, destaca-se a realização de uma ação global organizada pela Amatra 17 em parceria com a Polícia Civil e o Ministério do Trabalho e Emprego, que possibilitou aos participantes a emissão de Carteira de Identidade e de Trabalho.

Amazonas



O TRT da 11ª Região, dentro do projeto "TRT na Comunidade", promoveu palestra sobre os direitos básicos dos empregados no programa "Senai Casa Aberta" com distribuição das cartilhas do TJC e esclarecimento de dúvidas dos trabalhadores. Mais de 700 alunos participaram do evento em Manaus.



Encontro Nacional



Cerca de 30 magistrados do Trabalho estiveram reunidos nos dias 9 e 10 de novembro em Campinas (SP) para o 6º Encontro Nacional do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC). O objetivo foi compartilhar resultados e ações da iniciativa da Anamatra desenvolvida pelas Amatrás em diversas Regiões do país, além de traçar metas para o ano de 2012.

Além de fazer um balanço das ações obtidas com o TJC, os magistrados também falaram da atualização da Cartilha do Trabalho em Quadrinhos e da participação das Amatrás nas Conferências Trabalho Estaduais do Trabalho Decente da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Outro ponto do Encontro foi a elaboração de um documento com as diretrizes éticas do Programa para uso das Amatrás.

Preparação para 2012

Mais três estados devem implantar o Programa Trabalho, Justiça e Cidadania no ano de 2012. A 2ª Região criou, com o apoio da Escola Judicial, uma comissão de juízes e membros do Ministério Público para fazer contatos e parcerias com as escolas que trabalharão o Programa em São Paulo, Pará e Minas Gerais também possuem juízes do Trabalho à frente da coordenação regional do Programa e parcerias iniciadas para que em 2012 o TJC possa chegar às escolas das duas Regiões.

Ministro Sússekind e o TJC

Para organizar o conteúdo e definir os personagens que fazem parte da Cartilha de Normas Internacionais do Trabalho, que foi distribuída para trabalhadores de diversas partes do mundo e lançada pela Anamatra em junho na 100ª



Conferência Internacional da Organização do Trabalho (ver editoria destaques), magistrados integrantes da Comissão Nacional dos TJC reuniram-se, no dia 14 de março, na sede da Amatras 1 (RJ), com o jurista Arnaldo Sússekind. Sússekind, que por muito anos foi membro da Comissão de Peritos da OIT, prefaciou a publicação e deu consultoria para a aplicação dos temas na Cartilha.

TJC e os novos juízes



A diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Anamatra, Sandra Bertelli, e magistrados integrantes da Comissão Nacional do TJC reuniram-se, no dia 7 de dezembro, com o diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat), ministro Aloysio Corrêa da Veiga.

Ao reconhecer a importância do Programa, o ministro Aloysio Veiga considerou necessária para a formação do juiz a participação em ações de cidadania. O ministro ainda destacou que a Enamat e a Anamatra podem desenvolver ações conjuntas

nos cursos de formação inicial e de formação continuada dos magistrados do Trabalho, para aperfeiçoamento das atividades do juiz-cidadão.

O juiz Gustavo Vieira, membro da Comissão Nacional do TJC, aceitou convite para ministrar aula relativa ao Programa na próxima turma de formação de novos juízes em março de 2012, a exemplo do que já ocorreu em 2009, quando magistrados receberam informações de ações de cidadania e estímulo ao trabalho social.

Anamatra nas redes sociais



A **Anamatra** está nas mídias sociais para se aproximar de você, **associado**, que faz da nossa entidade uma instituição que cuida das prerrogativas dos magistrados do Trabalho sem esquecer das lutas por uma sociedade melhor e mais justa para todos.

Acesse nossos canais de comunicação e saiba o que a Anamatra tem feito pelo juiz do Trabalho e pelo cidadão brasileiro.

www.anamatra.org.br
www.facebook.com/anamatra
www.twitter.com/anamatra
www.youtube.com/tvanamatra
www.flickr.com/photos/anamatra



REMETENTE:

Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - Anamatra
End.: SHS Qd. 06 Bl. E Conj. A - Salas 602 a 608 - Ed. Business Center Park Brasil 21 - Brasília - DF CEP: 70316-000